



Disciplina: Geografia
Professor: Luciano Souza

Revisão para prova

Crescimento do comércio mundial

A ampliação das relações comerciais e financeiras entre os países e entre as empresas está diretamente relacionada, principalmente, a estes fatores:

- Aceleração da circulação de capital, recursos, mão de obra, informações, notícias e publicidade;
- Formação e crescimento das empresas transnacionais;
- Gradativa queda das tarifas alfandegárias e consolidação das alianças econômicas regionais – os blocos econômicos.

Organização Mundial do Comércio (OMC)

As reduções nas taxas sobre os produtos importados e a formalização dos blocos econômicos regionais foram viabilizadas principalmente pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Criada em 1995 para regulamentar os acordos que regem o comércio internacional de produtos e serviços, bem como os fluxos internacionais entre os países, a OMC segue princípios que garantem a livre-concorrência e a abertura dos mercados dos países para a importação e exportação, além da entrada e saída de capitais.

Classificação dos países

A classificação entre Primeiro, Segundo ou Terceiro Mundo se enquadrava no contexto da Guerra Fria (1945-1991), no qual os países capitalistas industrializados, alinhados política e economicamente aos Estados Unidos, constituíam o conjunto denominado de Primeiro Mundo. O Segundo Mundo era formado pelos países socialistas industrializados, alinhados à política e à economia da União Soviética. Por fim, o Terceiro Mundo era composto de países capitalistas e socialistas economicamente subdesenvolvidos. A maioria deles apresentava uma industrialização incipiente e tinha no setor

primário a base de sua economia, geralmente bastante precária.

As desiguais expressões econômicas e políticas reveladas pelos países inspiraram o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein a dividi-los, desde 1974, em países centrais, semiperiféricos e periféricos.

De modo geral, as diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos não se restringem ao volume do produto interno bruto (PIB), da renda per capita ou outro índice econômico, mas se revelam nas desigualdades em relação aos índices de mortalidade infantil, condições de moradia, saúde, bem como da concentração de renda de suas populações.

Mais recentemente, a designação países emergentes tem sido empregada para se referir àqueles com destacado crescimento econômico nas últimas décadas, ou que se projetaram regionalmente de forma expressiva, principalmente nas relações comerciais e na representatividade política. Tal expressão provém do Banco Mundial, que a utilizou pela primeira vez na década de 1980.

Com o fim da Guerra Fria no início da década de 1990, as denominações de Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo tornaram-se obsoletas. Uma nova terminologia, expressa com base na “Linha Norte-Sul” (Países do Norte e do Sul), passou a ser empregada para diferenciar as regiões de maior e menor desenvolvimento econômico.

Indicadores socioeconômicos e o desenvolvimento humano

Índice de Desenvolvimento Humano

Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida que considera outros fatores, além do econômico, na avaliação das condições de vida de uma população. Contudo, é importante ressaltar que esse índice não contempla aspectos como sustentabilidade, democracia ou a consideração de que determinado local é o melhor para se viver.

Portanto, baseia-se em três dimensões fundamentais para o desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

No índice de Gini, quanto mais baixo o valor situado entre 0 e 1, menor é a desigualdade de

renda avaliada. Em uma situação hipotética, o índice 0 apontaria que, em dado local, não há diferença de renda.

Blocos econômicos

Para entender melhor esse tema, é necessário retomar três importantes conceitos geográficos: Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização.

O crescimento do poder econômico das grandes corporações e o surgimento das transnacionais dificultou a capacidade dos estados de estabelecer algumas regulamentações.

O faturamento de algumas corporações supera expressivamente o PIB de muitos países.

Estabelecem patamares desiguais de concorrência, tendendo a controlar os mercados e obtendo vantagens sobre as empresas menores com atuação local – em muitos casos, utilizando-se de táticas como o dumping ou a formação de trustes, cartéis e holdings, que podem conduzir a monopólios e oligopólios.

Tipos e principais blocos econômicos

Os blocos econômicos apresentam diferentes características conforme as modalidades ou os estágios de consolidação para os acordos de cooperação econômica entre os países signatários. Vale lembrar, no entanto, que as classificações a seguir não devem ser tomadas de forma rígida. Elas podem, em alguns casos, ser aplicado simultaneamente, não estar plenamente consolidadas ou ainda contemplar a totalidade dos países-membros do bloco.

- Zona de livre comércio; quando o objetivo dos países é unicamente eliminar ou reduzir as tarifas alfandegárias existentes entre eles.
- União aduaneira: quando, além da eliminação de tarifas, são estabelecidos acordos de abertura do mercado interno e políticas comuns para o comércio com outros blocos e nações.
- Mercado comum: trata-se de um estágio mais avançado que o da união aduaneira, o qual é atingido quando os acordos envolvem, além dos interesses comerciais baseados em produtos, facilidades ou, ainda, a livre circulação de pessoas, fluxos de capitais, mão de obra e serviços prestados entre os países-membros.

- União monetária: quando o bloco consegue estabelecer um elevado grau de organização política, integração econômica, estratégias de defesa comum e os países-membros passam a adotar uma moeda única.

Os três mais importantes blocos econômicos se destacam pela reconhecida influência global que exercem. Trata-se da Nafta, da EU e da Apec.

O papel do BRICS no cenário atual

O grupo do BRICS é constituído pelos cinco principais países considerados emergentes da atualidade: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Tal grupo não configura, de fato, um bloco econômico, embora ultimamente seus membros tenham estabelecido diversas parcerias.

Um exemplo dessa articulação foi à criação do banco do BRICS, que oferece uma alternativa mais autônoma de suporte financeiro a esses e outros países emergentes, operando de forma independente de instituições tradicionalmente controladas pelos países ricos, como o FMI e o Banco Mundial.

Organismos de mediação mundial: da Liga das Nações à ONU

O primeiro organismo internacional cujo intuito foi de mediar às questões políticas e de promover o desenvolvimento socioeconômico dos diferentes Estados foi a Liga das Nações. Era composta originalmente de 32 países e sua sede era em Genebra, na Suíça. Essa instituição surgiu em 1919, pouco tempo após o término da Primeira Guerra Mundial.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os países aliados (que lutavam contra o “Eixo” formado por Alemanha, Itália e Japão) já negociavam a criação da instituição que substituiria a Liga das Nações. Em outubro de 1945, na Conferência de São Francisco, foi fundada a ONU.

Com sede em Nova Iorque (EUA) e integrada atualmente por 193 Estados-membros, a ONU é composta de seis órgãos principais, responsáveis por suas mais importantes atribuições e resoluções:

- Assembleia Geral;
- Conselho Econômico e Social;
- Conselho de Segurança;
- Secretariado;
- Corte Internacional de Justiça;
- Conselho de Tutela.